

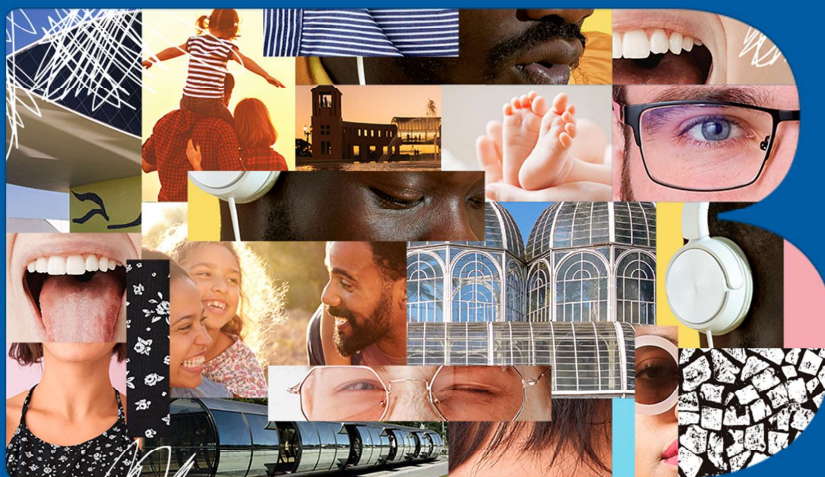
TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

TERÇA-FEIRA
13 DE MAIO DE 2025



EDIÇÃO
DIGITAL



PUBLICIDADE LEGAL

☎ (4 1) 9 9 9 7 3 7 6 8 8

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. CNPJ: 76.494.806/0001-45
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor independente

Balancos patrimoniais							
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)							
	Nota explicativa	2024	2023		Nota explicativa	2024	2023
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	678	6.574	Fornecedores	17	5.569	6.853
Aplicações Financeiras	9	-	2.554	Arrendamento	14	4.206	3.328
Contas a receber de clientes	10	28.494	28.530	Obrigações sociais e trabalhistas	18	20.053	16.628
Despesas antecipadas		724	624	Obrigações tributárias	19	3.753	4.353
Tributos a recuperar	11	3.490	1.417	Comissões e bonificações		465	1.667
Outras contas a receber	12	<u>5.060</u>	<u>6.259</u>	Adiantamento de clientes	20	7.471	5.934
Total ativo circulante		38.446	45.958	Outras contas a pagar	21	<u>233</u>	<u>222</u>
				Total passivo circulante		41.750	38.985
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos judiciais	22	1.631	1.503	Arrendamento	14	19.287	21.715
Ativo fiscal diferido	23.a	7.912	7.946	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	561	2.839
Outras contas a receber	12	106	-	Adiantamento de clientes	20	<u>174</u>	<u>3.610</u>
Direito de uso	13	19.493	21.445				
Imobilizado	15	23.260	24.192	Total do passivo não circulante		20.022	28.164
Intangível	16	<u>1.931</u>	<u>2.562</u>	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		54.333	57.648	Capital social	24	16.696	16.696
				Reserva de capital		8.792	8.792
Total do ativo		92.779	103.606	Reservas de lucros		<u>5.519</u>	<u>10.968</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>31.007</u>	<u>36.456</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		92.779	103.606

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado				
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)				
	Nota explicativa	2024	2023	
Receita operacional líquida	25	235.429	232.919	
Custo dos serviços prestados	26	<u>(90.201)</u>	<u>(95.906)</u>	
Lucro bruto		145.228	137.013	
Despesas operacionais				
Despesas com vendas	26	(43.121)	(41.590)	
Despesas gerais e administrativas	26	(31.178)	(28.317)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	<u>5.772</u>	<u>(1.791)</u>	
		<u>(68.527)</u>	<u>(71.699)</u>	
Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos		76.701	65.315	
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	28.a	3.640	6.566	
Despesas financeiras	28.b	<u>(3.690)</u>	<u>(4.783)</u>	
Resultado financeiro, líquido		(50)	1.783	
Resultado antes dos impostos		76.651	67.097	
Imposto de renda e contribuição social correntes	23.b	(7.065)	(11.527)	
Imposto de renda e contribuição social diferido	23.b	<u>(35)</u>	<u>(3.758)</u>	
Lucro líquido do exercício		69.551	51.813	
Numero de Ações (lotes de mil)		13.800	13.800	
Lucro por Ação (em reais)		5,040	3,755	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido						
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)						
Reserva de lucros						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	16.696	8.792	3.339	16.816	-	45.643
Dividendos 2022 aprovados - AGO 51º	-	-	-	(16.816)	-	(16.816)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.1.813	51.813
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(12.953)	(12.953)
Dividendos complementares	-	-	-	-	(31.231)	(31.231)
Transferência entre reservas	-	-	-	7.629	(7.629)	-
Em 31 de dezembro de 2023	16.696	8.792	3.339	7.629	-	36.456
Dividendos 2023 aprovados - AGO 52º	-	-	-	(7.629)	-	(7.629)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.9.551	69.551
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(17.388)	(17.388)
Dividendos complementares	-	-	-	-	(49.983)	(49.983)
Transferência entre reservas	-	-	-	2.180	(2.180)	-
Em 31 de dezembro de 2024	16.696	8.792	3.339	2.180	-	31.007

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A.,

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 23 de abril de 2024, sem ressalvas. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

· Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

Demonstração do fluxo de caixa				
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)				
	Nota explicativa	2024	2023	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		76.651	67.097	
Ajustes de:				
Depreciação e amortização	15 e 16	7.803	6.905	
Resultado da alienação de imobilizado		-	(58)	
Baixa de imobilizado/intangível	15 e 16	797	657	
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	10	(85)	301	
Depreciação sobre direito de uso	13	4.300	4.405	
Distratos de arrendamento	14	(47)	-	
Juros sobre arrendamento	14	2.761	2.913	
Provisão de bonificação de volume		1.680	3.090	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	(2.278)	806	
Juros sobre alienação de investimentos	12	(98)	-	
Outras provisões e correções monetárias	22	<u>192</u>	<u>219</u>	
		91.676	86.335	
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	10	122	(5.720)	
Tributos a recuperar	11	(2.073)	528	
Despesas antecipadas		(101)	(8)	
Outros ativos		(731)	(3.982)	
Fornecedores	17	(1.284)	1.431	
Obrigações sociais e trabalhistas	18	3.425	1.880	
Obrigações tributárias	19	(600)	1.073	
Adiantamento de clientes	20	(1.900)	9.383	
Outros passivos		<u>(2.871)</u>	<u>(3.100)</u>	
Caixa gerado pelas atividades operacionais		85.663	87.821	
Imposto de renda e contribuição social pagos	23	<u>(7.065)</u>	<u>(11.527)</u>	
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		78.598	76.294	
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de imobilizado/intangível	15 e 16	(7.037)	(9.533)	
Aplicação Financeira	9	2.554	(1.494)	
Recebimentos de alienação de investimentos	12	<u>1.602</u>	<u>2.241</u>	
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(2.881)	(8.786)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos no exercício	24	(75.000)	(61.000)	
Pagamentos de arrendamento	14	<u>(6.613)</u>	<u>(6.610)</u>	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(81.613)	(67.610)	
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(5.896)	(102)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	6.574	6.677	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8	678	6.574	
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(5.896)	(102)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente		
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)		
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	69.551	51.813
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	69.551	51.813

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.


· Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

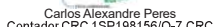
· Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

· Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

· Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 30 de abril de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
25P000160/F-6


Carlos Alexandre Peres
Contador CRC 15P198156/C-7 CRC

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. ("Companhia") com sede em Curitiba (PR) presta serviços sob regime de concessão pública não onerosa, de radiodifusão com finalidades educacionais, culturais, informativas, recreativas e serviços especiais de telecomunicações de qualquer natureza. Sua atividade principal é a retransmissão da programação da TV Globo para as regiões das cidades de Curitiba e Londrina com base em contrato comercial firmado com a TV Globo. Esse contrato também estabelece pagamento à TV Globo dos gastos relacionados diretamente com as receitas de publicidade veiculadas, tais como participações na receita, comissões e bonificações do volume às agências de propaganda.

A Companhia atua integradamente com empresas no âmbito do GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, compartilhando algumas estruturas administrativas, cujos custos são atribuídos às empresas de acordo com critérios definidos em comum acordo entre estas empresas e que levam em consideração os correspondentes benefícios gerados.

As licenças federais necessárias para atividades de televisão são concedidas pelas autoridades governamentais brasileiras e aprovadas pelo Congresso Federal. Estas licenças são concedidas individualmente e por região de atuação, não sendo exclusivas e tendo um prazo pré-determinado, e atualmente as licenças encontram-se vigentes.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de Abril de 2025.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incerteza sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
Nota explicativa 6.6 - Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Notas explicativas 6.9 e 17 - Determinação do período de arrendamento e taxas de desconto;

Nota explicativa 6.4, 6.5, 14 e 15 - Revisão da vida útil e valor residual do ativo imobilizado e intangível;

Nota explicativa 22 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

Nota explicativa 23 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

6.2 Receita de contrato com o cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
Publicidade	A receita com publicidade é reconhecida após a veiculação das inserções de mídia contratadas pelo cliente. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 26 dias. (28 dias em 2023)	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
Direito de Uso de Programação	A Companhia possui receita relacionada a venda do uso de programação. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 25 dias. (28 dias em 2023)	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
Produção Comercial	A Companhia realiza serviços de produção comercial. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 34 dias. (34 dias em 2023)	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
Produção de Eventos	A Companhia realiza serviços de produção e cobertura de grandes eventos. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 18 dias. (21 dias em 2023)	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.

A Companhia realiza serviços de envio de entrega e envio de materiais de mídia a serem veiculados por meio digital. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 21 dias. (20 dias em 2023)

6.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros e variação cambial. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

6.3 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos com base na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Os impostos de renda diferidos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

6.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico (Nota explicativa nº 14), menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos com um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros custos e mantimentos são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros correntes, em ativos e mantimentos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

As vidas úteis estimadas, para o período corrente e comparativo, são as seguintes:

Itens do imobilizado	2024	2023	Taxas médias ao ano
Edificações	25	25	4%
Instalações	10	10	10%
Equipamentos Telecomunicação	5-20	5-20	20-5%
Máquinas e equipamentos	10	10	10%
Móveis e utensílios	10	10	10%
Equipamentos de informática	5	5	20%
Outros	7	7	14,25%

6.5 Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ação gerada internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas, para o período corrente e comparativo, dos itens do ativo intangível, principalmente, softwares é de 5 anos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

6.6 Instrumentos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria de mensuração:
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Reconhecimento e desreconhecimento

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade ou da prestação do serviço.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratada extingue, incorpore ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor do ativo contábil extinto e a contraprestação a ser recebida é reconhecida no resultado, não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo

no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Para determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

Os títulos recebíveis passam por todas as etapas de cobrança (cobrança interna, Serasa, Assessoria Terceirizada e contê jurídico) e após esgotadas todas as possibilidades de recuperação os valores não liquidados serão efetivamente contabilizados como incobráveis, dentro dos seguintes parâmetros:

- Valores abaixo de R\$ 15.000,00: Após 90 dias de vencido;
- Valores acima de R\$ 15.000,00: Após 360 dias de vencido.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- o devedor não pagar integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- difficultades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o valor em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares.

Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

6.7 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

6.8 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em uma obrigação passada prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

6.9 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos do arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental na Companhia. Gerenciada pela Companhia sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. E remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

6.10 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil, tributária e regulatória) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

7 Mudanças nas políticas contábeis, divulgações e principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

Alteração ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; Alteração ao CPC 06(R2) – Arrendamentos; e Alterações ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As alterações mencionadas acima tiveram impactos materiais nas divulgações efetuadas pela Companhia.

Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade;

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza;

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras; e IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e o COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criada um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, a ser sancionado pelo presidente da República.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início de período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa	88	77
Bancos – contas correntes	304	1.713
Aplicações Financeiras	286	4.784
Total	678	6.574

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósito Bancário – CDB e aplicações financeiras em fundos DI e renda fixa são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com taxa anual de remuneração de 98,44% do CDI em 2024 (102,28% do CDI em 2023). A administração espera utilizar estes valores no seu fluxo de caixa de curto prazo.

9 Aplicações financeiras

	2024	2023
Aplicações financeiras	-	2.554
	-	2.554

Correspondem a aplicações financeiras em fundo de ações exclusivo junto a instituição financeira BNY Mellon. Em 2023 a rentabilidade do fundo foi de 110,13% do CDI. Em 2024 o saldo integral da aplicação foi resgatado.

10 Contas a receber de clientes

	2024	2023
Publicidade	27.223	28.640
Permutas	1.790	646
Outros	1.997	1.846
Perda por redução ao valor recuperável	(2.516)	(2.601)
Total	28.494	28.530

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	2024	2023
A vencer	26.641	26.013
Vencidos até 30 dias	1.750	2.210
Vencidos de 31 até 60 dias	98	68
Vencidos de 61 até 90 dias	2	240
Vencidos de 91 até 180 dias	6	50
Vencidos de 181 até 360 dias	64	124
Vencidos acima de 361 dias	2.449	2.426
Perda por redução ao valor recuperável	(2.516)	(2.601)
Total	28.494	28.530

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	(2.601)	(2.300)
Valores baixados	205	22
Constituição no período	(120)	(323)
Saldo em 31 de dezembro	(2.516)	(2.601)

11 Tributos a recuperar

	2024	2023
Circulante	2024	2023
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.490	1.417
Total circulante	3.490	1.417

12 Outras contas a receber

	2024	2023
Venda de participações (a)	-	1.504
Partes relacionadas (b)	1.486	1.538
Adiantamento a fornecedores (c)	2.742	2.447
Outras	938	770
	5.166	6.259
Circulante	5.060	6.259
Não Circulante	106	-
	5.166	6.259

a) Trata-se dos valores a receber referente a venda das quotas da empresa LCP Imóveis Ltda. (anteriormente denominada RPC Lab Sistemas e Administradora de Bens Ltda.). Em 2020, a Companhia realizou a venda dos seus investimentos junto a LCP Imóveis Ltda., conforme 9ª Alteração do Contrato Social, datado de 24 de Agosto de 2020, através do contrato de cessão de quotas, onde a negociação realizada junto aoscessionários estabeleceu todos os termos e condições do acordo celebrado pelo contrato, assim como valor e forma de pagamento que ocorrerá através de cinco pagamentos anuais no valor de R\$ 1.872, com vencimentos sempre ao dia 30 de novembro de cada ano, iniciando-se em 2020, a findar-se em 2024. As parcelas de longo prazo serão corrigidas pela variação do IGP-M (FGV). Em 2024 foi realizado o recebimento dos valores correspondentes a quinta parcela no valor de R\$ 1.602, sendo R\$ 98 a maior que o valor da parcela. Além disso não incorreram juros durante 2023, devido ao IGP-M ter apresentado índice negativo no período.

b) Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 relativos às operações com partes relacionadas, referem-se às transações entre as empresas do GRPCOM – Grupo Paranaense de Comunicação. Os valores correspondentes a estes processos são liquidados entre as partes sempre até o final do mês seguinte, não havendo à aplicação de juros e/ou qualquer outra correção e atualização sobre os mesmos.

c) Refere-se a valores de adiantamento realizados a fornecedores estrangeiros na aquisição de equipamentos para engenharia de telecomunicações, como transmissores e receptores de sinal digital para TV, antenas para TV, câmeras de filmagem, etc.

13 Direito de uso de ativos

	Postos de transmissão	Imóveis	Veículos	Equipamentos de telecom	Total
Direito de uso					
Em 1º de janeiro 2024	3.148	17.949	187	161	21.445
Atualizações de contratos	100	9	1.013	-	1.122
Novos	572	-	914	-	1.486
Baixas	-	(260)	-	-	(260)
Depreciação	(362)	(3.282)	(575)	(81)	(4.300)
Em 31 de dezembro de 2024	3.458	14.416	1.539	80	19.493

	Postos de transmissão	Imóveis	Veículos	Equipamentos de telecom	Total
Direito de uso					
Em 1º de janeiro 2023	2.681	21.228	181	99	24.189
Atualizações de contratos	16	15	114	-	145
Novos	835	-	534	146	1.515
Baixas	-	-	-	-	-
Depreciação	(384)	(3.294)	(642)	(84)	(4.404)
Em 31 de dezembro de 2023	3.148	17.949	187	161	21.445

14 Arrendamento

Os passivos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente dos seus fluxos de pagamentos à uma taxa incremental de desconto da Companhia, e em contrapartida o ativo de direito de uso.

A taxa utilizada para o cálculo foi definida pela data de vigência dos contratos, abaixo demonstramos as principais taxas utilizadas:

	Vigência (anos)	Taxa (ao mês)
	5	0,85%
	10	0,88%
	15	0,93%
	20	0,95%

Movimentações de 2024

Em 1º de janeiro de 2024	25.043
Baixas	(306)
Novos contratos	1.486
Atualizações de contratos	1.122
Juros apropriados no período	2.761
Amortização de arrendamentos	(6.613)
Em 31 de dezembro de 2024	23.493

Circulante	4.206
Não circulante	19.287

Movimentações de 2023

Em 1º de janeiro de 2023	27.079
Novos contratos	1.515
Atualizações de contratos	145
Juros apropriados no período	2.914
Amortização de arrendamentos	(6.610)
Em 31 de dezembro de 2023	25.043

Circulante	3.328
Não circulante	21.715

15 Imobilizado

Composição do saldo contábil

		2024		2023	
	Taxas médias	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	4%	836	(468)	368	402
Instalações	10%	8.310	(7.981)	329	807
Móveis	5-20%	2.156	(1.648)	508	345
Equipamentos telecom	10%	78.313	(66.166)	12.147	14.993
Máquinas e equipamentos	10%	4.515	(3.581)	934	922
Equipamentos de informática	20%	16.501	(13.284)	3.217	3.634
Imobilizado em curso (i)	-	4.145	-	4.145	1.695
Outros	14%	3.598	(1.986)	1.612	1.394
Total		118.374	(95.114)	23.260	24.192

(i) Referem-se a equipamentos importados de engenharia de telecomunicações, ainda não ativados no encerramento do exercício.

Movimentação do saldo contábil

	Edifícios	Instalações	Móveis	Equi. telecom	Máquinas e equi. informática	Equi. de informática	Imob. em curso	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2022	435	1.438	366	12.874	1.135	3.325	1.862	905	22.340
Adições	-	28	62	6.319	57	1.380	165	699	8.710
Baixas	-	(1)	(2)	(172)	-	(150)	(332)	-	(657)
Depreciação	(33)	(658)	(83)	(4.065)	(270)	(1.023)	-	(210)	(6.342)
Baixas de depreciação	-	-	2	37	-	102	-	-	141
Em 31 de dezembro de 2023	402	807	345	14.993	922	3.634	1.686	1.394	24.192
Adições	-	28	242	2.421	272	821	2.534	552	6.870
Baixas	-	(15)	(15)	(5.239)	(67)	(50)	(84)	(175)	(5.645)
Depreciação	(34)	(505)	(78)	(4.685)	(242)	(1.216)	-	(318)	(7.078)
Baixas de depreciação	-	14	14	4.657	49	28	-	159	4921
Em 31 de dezembro de 2024	368	329	508	12.147	934	3.217	4.145	1.612	23.260

Revisão e ajuste da vida útil estimada

A administração revisou os prazos de vida útil e valores residuais dos ativos e nenhum ajuste foi necessário.

Redução ao valor recuperável

De acordo com as normas descritas no CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de *impairment*.

Ativos dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não possui bens dados em garantia para processos judiciais.

16 Intangível

Composição do saldo contábil

		2024			2023	
	Taxas médias	Custo	Amortização acumulada	Líquido		Líquido
Softwares	20%	25.844	(24.160)	1.684		2.332
Marcas e Patentes	10%	146	-	146		146
Intangível em Curso	-	101	-	101		84
Total		26.091	(24.160)	1.931		2.562

Conciliação do saldo contábil

	Softwares	Marcas e patentes	Intangível em curso	Total
Em 31 de dezembro de 2022	2.156	146	84	2.386
Adições	795	146	84	795
Amortização	(619)	-	-	(619)
Em 31 de dezembro de 2023	2.332	146	84	2.562
Adições	77	-	90	167
Amortização	(725)	-	-	(725)
Baixas	-	-	(73)	(73)
Em 31 de dezembro de 2024	1.684	146	101	1.931

17 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de fornecedores, é no montante de R\$ 5.569 (em 31 de dezembro de 2023 o saldo de fornecedores era de R\$ 6.853) referem-se basicamente a contas a pagar a fornecedores de publicidade, equipamentos e prestadores de serviços de segurança e vigilância, limpeza e conservação, consultoria de recrutamento, direitos autorais, entre outros.

18 Obrigações sociais e trabalhistas

	2024	2023
Provisão para férias e encargos	6.396	6.172
Gratificações e PPR	12.621	9.518
Outras obrigações sociais e trabalhistas	1.036	938
Total	20.053	16.628

19 Obrigações tributárias

	2024	2023
PIS e COFINS	973	933
Imposto de renda e contribuição social	902	1.634
INSS s/ Salários e Pro Labore	1.110	1002
Outros tributos a recolher	768	784
Total	3.753	4.353

20 Adiantamento de clientes

	2024	2023
Venda de Publicidade (a)	7.422	721
Outros	223	271
Total	7.645	9.544
Circulante	7.471	5.934
Não circulante	174	3.610
Total	7.645	9.544

a) Referem-se a recursos adiantados por clientes para posterior veiculação de publicidade que deve ocorrer ao longo do exercício seguinte.

21 Outras contas a pagar

	2024	2023
Partes relacionadas (a)	29	22
Outras	233	200
	233	222

a) Os principais saldos passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 relativos às operações com partes relacionadas, referem-se às transações entre as empresas do GRPCOM – Grupo Paranaense de Comunicação, às quais estão, substancialmente, de acordo com as condições comerciais negociadas entre as partes levando em consideração a estrutura organizacional e operacional do Grupo.

22 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

a) Riscos cíveis e trabalhistas provisionados

Provisões passivas	Cíveis (I)	Trabalhistas (II)	Regulatório	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	(67)	(4.268)	(23)	(4.358)
Adições	2	(55)	-	(53)
Baixas	-	2.375	-	2.375
Saldo em 31 de dezembro 2024	(65)	(1.948)	(23)	(2.036)
Depósitos judiciais	Cíveis (I)	Trabalhistas (II)	Regulatório	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	-	1.519	-	1.519
Adições	-	172	-	172
Atualizações	-	59	-	59
Baixas	-	(275)	-	(275)
Saldo em 31 de dezembro 2024	-	1.475	-	1.475
Total de riscos provisionados 2024	(65)	(473)	(23)	(561)

Provisões passivas	Cíveis (I)	Trabalhistas (II)	Regulatório	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(123)	(3.536)	(23)	(3.683)
Adições	(27)	(3.960)	-	(3.987)
Baixas	83	3.229	-	3.312
Saldo em 31 de dezembro 2023	(67)	(4.268)	(23)	(4.358)
Depósitos judiciais	Cíveis (I)	Trabalhistas (II)	Regulatório	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	5	1.645	-	1.650
Adições	-	1.204	-	1.204
Atualizações	-	59	-	59
Baixas	(5)	(1.388)	-	(1.393)
Saldo em 31 de dezembro 2023	-	1.519	-	1.519
Total de riscos provisionados 2023	(67)	(2.749)	(23)	(2.839)

(i) Referem-se principalmente a reclamações cíveis relacionadas a danos morais e materiais decorrentes de questionamentos por supostas publicações de reportagens/materiais veiculados.

(ii) Referem-se principalmente a pedidos de horas extras, seguro desemprego, danos morais, comissões, prêmios de vendas, participações nos lucros, entre outros pedidos.

A Companhia é parte em ações de naturezas cível, tributária, trabalhista e regulatória, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como

prováveis, possíveis e remotas, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. O valor total das ações classificadas como possíveis em 31 de dezembro de 2024, para as quais não há provisão constituída é de R\$ 5.481, sendo trabalhistas R\$ 1.243, tributárias R\$ 1.812 e cíveis R\$ 2.427 (em 2023, R\$ 6.250, sendo trabalhistas R\$ 556, tributárias R\$ 2.332 e cíveis R\$ 3.361).

b) Riscos sociais, tributários e outros provisionados e depósitos judiciais

Provisões passivas	Incra	Sat/Fap (I)	Pis/Cofins (II)	Sesc (III)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	-	(14.929)	(681)	-	(15.610)
Adições	-	(491)	-	-	(491)
Atualizações	-	(974)	(30)	-	(1.004)
Baixas	-	-	711	-	711
Saldo em 31 de dezembro 2024	-	(16.394)	-	-	(16.394)
Depósitos judiciais	Incra	Sat/Fap (I)	Pis/Cofins (II)	Sesc (III)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	-	14.892	680	1.539	17.111
Adições	-	487	-	-	487
Atualizações	-	974	31	133	1.138
Baixas	-	-	(711)	-	(711)
Saldo em 31 de dezembro 2024	-	16.353	-	1.672	18.025
Saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro 2024	Incra	Sat/Fap (I)	Pis/Cofins (II)	Sesc (III)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(2.280)	(13.372)	(3.183)	-	(18.835)
Adições	-	(461)	(51)	-	(512)
Atualizações	(137)	(1.096)	(248)	-	(1.481)
Baixas	2.417	-	2.802	-	5.219
Saldo em 31 de dezembro 2023	-	(14.929)	(680)	-	(15.609)
Depósitos judiciais	Incra (I)	Sat/Fap (I)	Pis/Cofins (II)	Sesc (III)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	2.280	13.330	3.164	1.379	20.153
Adições	-	466	70	-	536
Atualizações	137	1.096	248	161	1.642
Baixas	(2.417)	-	(2.802)	-	(5.219)
Saldo em 31 de dezembro 2023	-	14.892	680	1.540	17.112
Saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro 2023	Incra	Sat/Fap (I)	Pis/Cofins (II)	Sesc (III)	Total
Saldo em 31 de dezembro 2023	-	(37)	-	1.540	1.503

(i) Refere-se a Ação Ordinária nº 5002214-7.2010.401.7000, tendo como ré a União Federal, em que se postula o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT e da sua flexibilidade pelo FAP, tal qual preconizam a Lei nº 10.666/03 os Decretos nº 6.042/07 e nº 6.957/09 e as Resoluções CNPS nº 1.308 e nº 1.309. A Companhia possui um passivo registrado na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

(ii) Referem-se às Ações Ordinárias nº 5042911-17.2015.404.7000, 5022209-21.2013.404.7000 e 2005.70.00.002620-7, tendo como ré a União Federal, em que se postula o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência de PIS e COFINS sobre outras receitas durante a vigência da Lei nº 9.718/98, até o advento das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e receitas financeiras decorrente da majoração de alíquotas promovida pelo Decreto nº 8.426/15, assegurando-lhe o direito de permanecer sujeita à alíquota zero prevista no Decreto nº 5.442/05, em respeito aos princípios da legalidade (arts. 5º, II e 150, I, 153, § 1º e 177, § 4º, I, b, da CF/88; e 97, do CTN) e da isonomia (art. 150, II, CF/88), e a própria norma de incidência das contribuições (art. 195, I, b, e § 9º e 12, da CF/88; art. 1º da Lei nº 10.637/02; e art. 1º da Lei nº 10.833/03).

(iii) Refere-se substancialmente a ação judicial cujo objetivo era ser reconhecida a inexistência da contribuição ao Serviço Social do Comércio - SESC, a qual era cobrada das empresas, a alíquota de 1,5% sobre a folha de salários mensal, inclusa no valor de "terceiros" arrecadada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Pleito que incluiu os depósitos judiciais feitos pela Companhia e a devolução dos valores recolhidos nos últimos 10 anos anteriores ao ajuizamento. Em 20 de junho de 2011 ocorreu o trânsito em julgado, referente a um dos períodos pleiteados, do último recurso ainda pendente, que deu parecer favorável a todo o pleito da Companhia, não cabendo mais qualquer recurso. Em 2013, 2020 e em 2021 ocorreram retornos parciais destes valores. Em 2024 não tivemos movimentações no processo.

23 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a. Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração da Companhia possui créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. A administração pode estimar com razoável segurança os lucros tributáveis futuros para os próximos cinco anos que garantem a compensação dos referidos créditos tributários existentes na data do balanço, conforme composição abaixo:

	2024	2023
Diferenças temporárias:		
Ativas		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.036	4.357
Provisão para participações nos lucros	12.621	9.518
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	51	88
Provisão para comissões e bonificação de volume	465	1.666
Outras provisões	226	218
Tributos com exigibilidade suspensa (I)	9.666	9.499
Passivas:		
Depreciação vida útil	(1.795)	(1.977)
Base diferido IRPJ	23.269	23.370
Base diferido CSLL	23.269	23.370
Alíquota efetiva	34%	34%
Imposto diferido ativo, líquido	7.912	7.946

(i) Se refere aos valores depositados, sem atualização monetária, a título de PIS, COFINS, INSS INCRA, SAT/FAP. Os processos tem como ré a União Federal, em que se postula o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade

da exigência da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT e da sua flexibilidade pelo FAP, o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência de PIS e COFINS sobre outras receitas durante a vigência da Lei nº 9.718/98, até o advento das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e receitas financeiras decorrente da majoração de alíquotas promovida pelo Decreto nº 8.426/15, assegurando-lhe o direito de permanecer sujeita à alíquota zero. A abertura por tipo de depósito bem como os saldos atualizados destes processos, estão disponíveis na nota explicativa nº 22.

Os passivos ativos diferidos de imposto de renda e da contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

b) Reconciliação do cálculo do imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Resultado antes do IRPJ e CSLL	76.651	67.097
Alíquota (%)	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social aplicados à alíquota	26.061	22.813
Compensação de Propaganda Eleitoral (i)	(21.095)	(9.143)
Compensação de Prejuízo Fiscal	(1.980)	(2.372)
Prejuízo Fiscal IRPJ ano corrente	3.961	-
Lei Rouanet	-	(100)
Arrendamento - CPC 06(R2)	152	240
Reversão IRPJ Diferido - Prejuízo fiscal	-	3.647
Despesas Inedutíveis, Outras (adições) exclusões, líquidas	-	(47)
Outras (adições) exclusões, líquidas	1	246
IRPJ e CSLL no exercício	7.100	15.284
Imposto de renda e CSLL corrente	7.065	11.527
Imposto de renda e CSLL diferido	35	3.758

(i) Dedução de propaganda eleitoral conforme previsto no Decreto Federal nº 7.791/2012, cujos valores apurados em 2024 foram de R\$ 21.095, afetando apenas a base de cálculo do Imposto de Renda.

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o capital social é de R\$16.696, composto por 14.874.037.175 ações ordinárias sem valor nominal.

b. Reserva de capital

A reserva de capital é constituída basicamente com valores referentes a Incentivos fiscais, enquanto não capitalizados, que poderá ser utilizado pela Companhia para aumento de capital. Em 2024 e 2023 o saldo da reserva de capital é de R\$ 8.792.

c. Reserva de lucros

(i) Reserva legal

Composto pela reserva legal, constituída na proporção de 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social. Em 2024 e 2023 não houve constituição devido à reserva legal já ter atingido o limite obrigatório.

(ii) Retenção de lucros

Refere-se ao saldo excedente ao dividendo mínimo de 25% do capital social que será proposto e pago no exercício seguinte. Em 2024 o saldo da reserva de lucro é de R\$ 2.180, já em 2023 foi de R\$ 7.629.

d. Dividendos

Aos acionistas são destinados dividendos mínimos de 25% do resultado de cada exercício, apurados depois de constituída a reserva legal de 5% do lucro líquido e limitados a 20% do capital social integralizado.

	2024	2023
Dividendos propostos sobre o lucro aprovados em AGO	7.629	16.816
Dividendos mínimos obrigatórios	17.388	12.953
Dividendos complementares sobre lucro do ano	49.983	31.231
Total de dividendos distribuídos e pagos no ano	75.000	61.000

25 Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita operacional bruta:		
Publicidade	239.657	236.453
Produção de comerciais	3.179	2.555
Geração digital	2.206	2.167
Outras vendas	4.118	5.396
	249.160	246.571
Deduções:		
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(13.731)	(13.652)

Receita operacional líquida	235.429	232.919
-----------------------------	---------	---------


26 Despesas por natureza

	2024	2023
Despesa de pessoal	(78.158)	(70.636)
Serviços prestados por terceiros	(35.528)	(43.292)
Comissões vendas	(19.160)	(19.888)
Depreciação e amortização	(7.803)	(6.961)
Depreciação CPC 06 (R2)	(4.300)	(4.405)
Propaganda e publicidade	(9.094)	(7.785)
Despesa com comunicação	(1.811)	(2.202)
Despesa com equipamentos de informática	(6.312)	(5.466)
Recuperação de gastos compartilhados (a)	10.072	9.603
Manutenção predial	(1.691)	(1.754)
Outras despesas	(10.715)	(13.027)
	(164.500)	(165.813)
Reconciliação dos custos e despesas operacionais por função:		
Custos dos serviços prestados	(90.201)	(95.906)
Despesas com vendas	(43.121)	(41.590)
Despesas gerais e administrativas	(31.178)	(28.317)
	(164.500)	(165.813)

(a) Refere-se ao rateio de despesas do centro de serviços compartilhado entre

as empresas pertencentes ao GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, onde os serviços financeiros, contábeis, recursos humanos e algumas despesas de infraestrutura necessárias para o adequado funcionamento das Empresas são rateados.			Rádio e Televisão Imagem Ltda.	83	77	Total	35.969
Recuperação de despesas (*)			Rádio Intercontinental Ltda.	80	95	Passivos	
			Editora o Estado do Paraná S.A.	65	72	Fornecedores	5.569
			Rádio Continental de Curitiba Ltda.	35	36	Outras contas a pagar	233
			Rádio Cultura de Marialva	16	18	Arrendamento	23.493
			Total	1.486	1.536	Total	29.295
			Contas a Pagar de Partes Relacionadas				
			Editora Gazeta do Povo S.A.	9	8		
			TV Oeste do Paraná Ltda.	6	2		
			TV Cultura de Maringá Ltda.	1	2		
			TV Esplanada do Paraná Ltda.	8	1		
			TV Cataratas Ltda.	4	2		
			Rádio e Televisão Imagem Ltda.	1	1		
			Rádio Continental Ltda.	-	5		
			Rádio Cultura de Marialva Ltda.	29	21		
			Total	29	21		
			Despesas				
			Editora Gazeta do Povo S.A.	4.016	4.166		
			TV Oeste do Paraná Ltda.	1.625	1.451		
			TV Cultura de Maringá Ltda.	1.129	955		
			TV Esplanada do Paraná Ltda.	1.058	921		
			TV Cataratas Ltda.	1.056	890		
			Rádio e Televisão Imagem Ltda.	957	769		
			Rádio Intercontinental Ltda.	1.021	1.013		
			Editora o Estado do Paraná S.A.	759	634		
			Rádio Continental Ltda.	423	379		
			Outros	-	8		
			Rádio Cultura Ltda.	191	190		
			Total	12.235	11.376		
			Recuperação de despesas (*)				
			Editora Gazeta do Povo S.A.	4.016	4.166		
			TV Oeste do Paraná Ltda.	1.625	1.451		
			TV Cultura de Maringá Ltda.	1.129	955		
			TV Esplanada do Paraná Ltda.	1.058	921		
			TV Cataratas Ltda.	1.056	890		
			Rádio e Televisão Imagem Ltda.	957	769		
			Rádio Intercontinental Ltda.	1.021	1.013		
			Editora o Estado do Paraná S.A.	759	634		
			Rádio Continental Ltda.	423	379		
			Outros	-	8		
			Rádio Cultura Ltda.	191	190		
			Total	12.235	11.376		
			Ativos				
			Caixa e equivalentes de caixa				6.574
			Aplicações financeiras				2.554
			Contas a receber de clientes				28.530
			Outras contas a receber				7.800
			Depósitos Judiciais				1.503
			Total				46.961
			Passivos				
			Fornecedores				6.853
			Outras contas a pagar				1.517
			Arrendamento				25.043
			Total				33.413
			Gerenciamento de riscos financeiros				
			As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.				
			Os serviços vendidos pela Companhia são predominantemente denominados em reais.				
			O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos de mercado tais como oscilações de taxas de câmbio, preços de commodities e taxas de juros.				
			Risco de mercado				
			A Companhia possui aplicações financeiras atreladas à taxa CDI e, portanto, sensíveis às mudanças da mesma no mercado.				
			Risco de crédito				
			A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, por consequência minimizando o risco.				
			No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados.				
			A Companhia reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes, sempre que necessário.				
			Risco de liquidez				
			O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política de gestão de liquidez e endividamento, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional.				
			O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.				
			Em 31 de dezembro de 2024				
			Menos de um ano				
			Entre um e dois anos				
			Entre dois e cinco anos				
			Acima de cinco anos				
			Total				
			Fornecedores	5.569	-	-	5.569
			Arrendamento	4.205	7.353	11.451	23.493
			Em 31 de dezembro de 2023				
			Fornecedores	6.853	-	-	6.853
			Arrendamento	3.328	8.993	12.207	25.043
			32 Compromissos				
			Companhia é afiliada da TV Globo, e, por meio de contrato de convênio, detém os direitos de transmissão da programação em sua região de atuação. A Companhia tem cumprido esse contrato, que tem como principais compromissos: atender ao padrão de qualidade de transmissão solicitada, retransmitir integralmente toda a programação artística e cultural disponibilizada pela emissora e reservar espaços publicitários para a veiculação dos anúncios requisitados pela TV Globo. O não atendimento destas condições pode ocasionar rescisão contratual com consequente perda dos direitos de transmissão da programação em sua região de atuação.				

			Mariano Lemanski				
			Presidente				
			Marcelo Fabiano de Souza Palombo				
			Contador CRC/PR 05639D/05				



Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal Tribuna do Paraná

TBR130525D.pdf

Código do documento a77d43eb-4307-4b43-83fb-2f94e9fba947



Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105
Certificado Digital
tppubleg@tribunadoparana.com.br
Assinou

Eventos do documento

13 May 2025, 00:08:56

Documento a77d43eb-4307-4b43-83fb-2f94e9fba947 **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2025-05-13T00:08:56-03:00

13 May 2025, 00:10:14

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2025-05-13T00:10:14-03:00

13 May 2025, 00:10:43

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105
Assinou Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.142.5 (bfb18e05.virtua.com.br porta: 63020).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105. - DATE_ATOM: 2025-05-13T00:10:43-03:00

Hash do documento original

(SHA256):6a926033b3e291b59efc46626e8cbf5a42e2961240c041357cd2dba5243702a9
(SHA512):054b47596ceb9f3b8fecbd377b1300a5d489206fcdca0c4623aecb70d458ff5cc7788ed738f105f1fc1cab8b8d01ae0c06799eb915c282dae342e025d9251dd

Hash do documento anexo

(SHA256):2cdd772a0ea570163e9a70229604d246f051f4c29385ef06f1ec86a41ca6323c
(SHA512):7ab2ffca1e0d64e5bb6dbff19f2ec925546aa2013f807647449a4a91bc078cebc4080664717e2b31a8f0d5a09561c549dc459f5ca2a8fe6c21bada4fca900e93

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

